

# Extensão universitária no Brasil: conceitos, políticas e contradições

Comunicación en extensión universitaria /  
Perspectivas



**Josiane Roberta Krebs**

Instituto Federal de Educação, Ciência  
e Tecnologia do Rio Grande do Sul.  
Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul, Brasil.

[josiane.krebs@viamao.ifrs.edu.br](mailto:josiane.krebs@viamao.ifrs.edu.br)

[orcid.org/0000-0003-2671-2244](https://orcid.org/0000-0003-2671-2244)

RECEPCIÓN: 28/07/22

ACEPTACIÓN FINAL: 13/09/22

## Resumo

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é pressuposto fundante do processo formativo nas Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), sendo central para formação humana e emancipatória dos estudantes e para a transformação social. No entanto, compreender a indissociabilidade e saber como praticá-la é um desafio tanto para os gestores como para os professores e estudantes. Esse desafio se dá especialmente pela dificuldade em entender o que é extensão. Neste sentido, este texto tem por objetivo dialogar sobre o conceito de Extensão e como este reflete nas políticas e práticas institucionais. Como percurso metodológico, foram analisados conceitos utilizados pelas Universidades e IFs, os quais são definidos em documentos normativos, e conceitos teóricos, especialmente a partir dos estudos de Paulo Freire. Como resultados destaca-se a importância de atentar aos conceitos e refletir como estes impactam nas pesquisas, atividades de trabalho e na própria relação com a sociedade.

**Palavras-chave:** extensão universitária; relação dialógica; transformação social; formação do estudante.

**University extension in Brazil: concepts, policies and contradictions**

## Abstract

The inseparability between teaching, research and extension is a foundational presupposition of the formative process in Universities and Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs), being central to human formation and emancipatory of students and to social transformation. However, understanding inseparability and knowing how to practice it is a challenge for both managers and teachers and students. This challenge is especially due to the difficulty in understanding what is extension. In this sense, this text aims to dialogue on the concept of Extension and how it reflects on institutional policies and practices. As a methodological path, concepts used by universities and IFs were analyzed, which are defined in normative documents, and theoretical concepts, especially from the studies of Paulo Freire. As results, we highlight the importance of analysing concepts and reflecting how they impact research, work activities and the relationship with society itself.

**Keywords:** university extension; dialogical relationship; social transformation; student training.

**Extensión universitaria en Brasil: conceptos, políticas y contradicciones**

## Resumen

La indissociabilidad entre docencia, investigación y extensión, es una presuposición fundacional del proceso formativo en las Universidades e Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología (IFs), siendo central para la formación humana y emancipadora de los estudiantes y para la transformación social. Sin embargo, entender la indissociabilidad y saber practicarla es un reto tanto para directivos como para profesores y alumnos. Este desafío se debe en particular a la dificultad para entender qué es la extensión. En este sentido, el presente texto pretende dialogar sobre el concepto de extensión y cómo se refleja en las políticas y prácticas institucionales. Como camino metodológico, se analizan conceptos utilizados por universidades e IFs que se definen en documentos normativos, y conceptos teóricos, especialmente de los estudios de Paulo Freire. Como resultados, se destaca la importancia de analizar conceptos y reflejar cómo impactan en la investigación, las actividades laborales y la relación con la propia sociedad.

**Palabras clave:** extensión universitaria; relación dialógica; transformación social; formación de estudiantes.

**Para citación de este artículo:** Krebs, J. R. (2022). Extensão universitária no Brasil: conceitos, políticas e contradições. +E: Revista de Extensão Universitária, 12(17), e0017. doi: 10.14409/extension.2022.17.Jul-Dic.e0017

## Introdução

Extensão, palavra utilizada de forma recorrente nos espaços acadêmicos, tanto em políticas e documentos institucionais, como nas atividades de trabalho e rodas de conversa. Normalmente, acompanhada dos termos ensino e pesquisa, carregando a famosa expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, tripé que sustenta o processo educativo nas Universidades e também nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), conforme definido desde a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 207 nos diz que “as universidades (...) obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e que embasa a Lei 11.892/2008 que cria os IFs, estabelecendo, no parágrafo primeiro do artigo segundo, que para efeito de regulação, avaliação e supervisão os IFs se equiparam às universidades federais.

Além de ser princípio norteador nas Universidades e nos IFs, refletindo nas políticas institucionais e na atividade docente, um fator tem deixado a Extensão em evidência: sua curricularização, estabelecida pela Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) aprovado pela Lei N° 13.005/2014, que nos diz que deve ser assegurado “no mínimo, 10 % (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”.

Assim, em meio a este contexto, surge a indagação: afinal, o que é a Extensão? Participando em avaliações de projetos de Extensão, submetidos a editais de fomento, nos deparamos com inúmeras interpretações, desde a tradução literal, no sentido da dimensão do projeto, até simplesmente descrever que a ação é aberta para participação da comunidade externa, sem refletir se basta simplesmente levar ou difundir o conhecimento produzido pela academia. E assim, cada pessoa utiliza um conjunto de palavras e exemplos para explicar o que esse termo representa para si, ou seja, para conceituar.

Isso evidencia a relevância de refletirmos sobre conceitos, e assim, chegamos à essência desse texto que tem por objetivo problematizar sobre o conceito de Extensão e como este conceito reflete nas políticas e ações institucionais.

Antes de iniciar as discussões conceituais, faz-se oportuno relatar que as reflexões propostas neste texto partem das experiências de trabalho da autora, que é professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), que foi Diretora de Extensão desta instituição, participando da elaboração da Política de Extensão do IFRS e é avaliadora *ad hoc* de projetos de extensão, tanto em Universidades como em IFs. Assim, na realização de suas atividades de trabalho, se depara com a necessidade constante de compreender a extensão universitária no Brasil, bem como seus conceitos, políticas e contradições. Nesse sentido, inicialmente, se faz necessário definirmos a expressão “conceito”, o que fazemos a partir dos estudos de Barros (2016):

O conceito pode ser entendido, de modo mais geral, como a bem-delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas. (p. 26).

A partir dessa citação podemos pensar na relevância de conhecer os conceitos de “Extensão” e de institucionalmente fazer escolhas, pois estas escolhas irão conduzir a prática extensionista e conseqüentemente definir o papel da Universidade e dos IFs, bem como,

o que essas instituições de ensino representam para seus territórios e estudantes. Barros (2016) contribui com esta reflexão quando nos diz que:

Os conceitos que circulam nos diversos campos de saber sempre implicam discussões entre os seus praticantes, comportando escolhas derivadas de demandas específicas. Eles movimentam ou possibilitam perspectivas teóricas, e reaparecem com frequência nos trabalhos produzidos pelos pesquisadores e pensadores do campo passando a integrar certo repertório conceitual. Os conceitos são pontos de apoio sistemáticos para um tipo de conhecimento a ser produzido no interior de um campo específico de reflexões. (pp. 26-27)

Nesse sentido, não podemos desconsiderar que as Universidades e os IFs são espaços de produção e reprodução de conhecimento, logo, a falta de reflexão teórica sobre a Extensão pode conduzir a um conjunto de ações que não contribuam para a aproximação entre a academia e a sociedade, comprometendo a função da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, na sequência do texto, discutimos sobre o conceito de extensão e suas implicações nas políticas e práticas institucionais a partir de duas perspectivas: da análise documental, considerando normativas brasileiras e políticas institucionais, e a partir da análise teórica, tendo como referência a obra de Paulo Freire (1983) intitulada *Extensão ou Comunicação?* e o texto *Extensão Universitária: para quê?*, de Moacir Gadotti (2017). Essas análises nos conduzem às considerações sobre a importância do debate conceitual e político sobre extensão universitária para construir instituições de ensino plurais, que sejam espaço de circulação de saberes, comprometidas com a justiça e a positiva transformação social.

### **O conceito de extensão e suas implicações nas políticas e práticas institucionais**

Antes de explorar os conceitos da Extensão e compreender como estes podem ser utilizados, cabe destacar que

“os conceitos são históricos. Eles surgem no interior de uma história e concomitantemente não cessam de alterar a própria história, uma vez aflorados no campo de discussões relacionados a uma disciplina ou também nos meios políticos e sociais no qual eles estabelecem uma praticidade”. (Barros, 2016, p. 52)

Assim sendo, como percurso metodológico, iniciamos a análise a partir dos conceitos utilizados pelas Universidades e IFs, os quais são definidos em documentos como: 1. Política Nacional de Extensão Universitária; 2. A Extensão Tecnológica para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; 3. Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal; 4. Resolução CNE/CES 7/2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; e 5. Documento intitulado “Contribuições”, elaborado no XIII Encontro do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal (Forproext) e encaminhado ao Conselho Nacional de Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Em seguida, ampliamos a análise trazendo conceitos teóricos. Dividimos essa etapa em dois momentos. Inicialmente apresentamos uma reflexão a partir da obra de Paulo Freire in-

titulada *Extensão ou Comunicação?* Após, apresentamos algumas problematizações trazidas por Moacir Gadotti no texto *Extensão Universitária: para quê?*

Com a análise dos documentos podemos perceber algumas diferenças nos conceitos, tanto com relação ao momento histórico em que estes documentos foram produzidos, como também diferenças entre Universidades e IFs. Essas diferenças são sutis e podem ser identificadas na presença ou não de algumas palavras, conforme pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1. Relação de documentos e conceitos que norteiam a Extensão nas Universidades e nos IFs**

Ano	Documento	Conceito
2012	Política Nacional de Extensão Universitária.	A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.
2013	A Extensão Tecnológica para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.
2015	Documento elaborado no XIII Encontro do Forproext.	A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.
2018	Resolução CNE/CES 7/2018.	A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
2020	Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal.	A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.

Fonte: elaborado pela autora (2022).

A partir da análise dos conceitos supramencionados trago algumas observações para reflexão. Os primeiros documentos aos quais me refiro são a “Política Nacional de Extensão Universitária (2012)” e “A Extensão Tecnológica para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2013)”, onde a Extensão é respectivamente nomeada como “Extensão Universitária” e “Extensão Tecnológica”, o que leva a pensar em uma diferenciação entre a prática extensionista nas Universidades e nos IFs, podendo surgir discursos de diferença de valor entre elas. Seguindo, podemos perceber que ambos se referem a interação com a sociedade, o primeiro de forma mais genérica e o segundo fazendo relação com o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Em 2015 o Forproext encaminha ao Conif sugestão de alteração no conceito de Extensão para a Rede Federal, incluindo a promoção da “interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade”. Esse mesmo conceito se reproduz no documento publicado em 2020 com as Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal. Na observação dessa mudança, podemos perceber o movimento entre a compreensão e a extensão dos conceitos, lembrando Barros (2016, p. 53) que afirma que “as pressões exercidas no âmbito da “extensão” (campo de aplicação de um conceito) podem demandar alterações retroativas na sua “compreensão” (definição do conceito)”.

Nesse caso, essa alteração na compreensão é extremamente significativa, pois inclui, além da territorialidade, a relação dialógica, fator fundamental para estabelecer uma relação de construção conjunta de saberes e não apenas levar conhecimento para a comunidade. Essa alteração conceitual é um marco importante na prática extensionista, que implica também numa mudança na percepção do papel da educação e da formação profissional.

Ainda, não poderia deixar de observar a conceituação presente na Resolução do Conselho Nacional de Educação que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que reproduz a Extensão como processo transformador, em interação com a sociedade, mas que se refere apenas a produção e aplicação do conhecimento, sem deixar claro qual a participação da sociedade nesse processo. Além disso, traz a Extensão como parte integrante da organização da pesquisa, o que faz pensar se não seria a pesquisa parte integrante da Extensão. Essa relação chama atenção especialmente porque na academia existe um processo de reconhecimento da importância e valorização da Extensão, sendo que em algumas instituições existe a alegação de que a Extensão é inferiorizada em relação à Pesquisa. Se de fato isso acontece, a forma como o conceito se apresenta pode potencializar essa disputa entre as pautas.

Enfim, essa análise dos conceitos nos documentos é relevante considerando que “os conceitos transformam a própria história; não são apenas um produto dela” (Barros, p. 64). Logo, esses conceitos orientam as atividades de trabalho dos docentes e as políticas institucionais, sendo que são uma forma de mobilizar para que de fato a academia se aproxime da sociedade, não numa relação de cima para baixo, mas de forma dialógica, identificando, reconhecendo e atendendo as demandas locais e contribuindo para o desenvolvimento dos territórios.

Dando sequência às análises, devemos considerar que os conceitos definidos nos documentos estão embasados também nas construções e discussões teóricas. Nesse sentido, um autor que é referência para a Extensão, principalmente quando definimos a relação dialógica como fundamental na compreensão do conceito, é Paulo Freire. Em sua obra *Extensão ou Comunicação?* ele problematiza sobre o conceito de extensão e apresenta compreensões similares ao que os documentos trazem para o termo “comunicação”. Assim,

Paulo Freire começa seu trabalho com uma análise do termo “extensão”, partindo de pontos de vista diferentes: sentido lingüístico da palavra, crítica a partir da teoria filosófica do conhecimento e estudo de suas relações com o conceito de “invasão cultural”. Posteriormente discute a reforma agrária e a mudança, opondo os conceitos de “extensão” e de “comunicação” como idéias profundamente antagônicas. Mostra como a ação educadora do agrônomo, como a do professor em geral, deve ser a de comunicação, se quiser chegar ao homem, não ao ser abstrato, mas ao ser concreto inserido em uma realidade histórica. (Freire, 1983, p. 7)

A crítica de Freire é que o termo extensão estaria diretamente relacionado com a transmissão do conhecimento, tratando as pessoas envolvidas como “coisas”, os negando como seres de transformação do mundo (Freire, 1983). Já a comunicação é um processo educativo, para Freire (1983, p. 42) “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Assim, ressalta-se novamente a relevância da relação dialógica. Paulo Freire nos ensina que devemos partir de uma leitura do mundo, da leitura da realidade e dos problemas concretos das comunidades. Essa é a essência da extensão. O diálogo se inicia na identificação do problema e na construção do projeto, e não apenas como metodologia na realização das ações.

E assim, relacionando com outros conceitos, como o de relação dialógica, a extensão vai ficando mais compreensível. Como dito por Barros (2016, p. 31) “os conceitos trazem pontes para outros conceitos, além de abrigarem na sua estrutura interna componentes que também são conceituais e que estabelecem relações específicas uns com os outros”.

O texto de Moacir Gadotti intitulado *Extensão Universitária: para quê?* contribui para ampliarmos a conceituação sobre Extensão, tendo como base também a perspectiva de Freire. Gadotti (2017, p. 4) já no início nos diz que “ainda persiste uma enorme dispersão teórica sobre o conceito de Extensão Universitária. Por isso, aclarar o que entendemos por extensão, é fundamental para caminhar nesse território decisivo para a necessária reforma da universidade e para a radicalização da democracia”. O autor trabalha o conceito de extensão universitária a partir da aproximação da educação popular e afirma que:

Um projeto de extensão nesta perspectiva supõe um conjunto de atividades inter-relacionadas que se realizam num dado território para resolver determinadas problemáticas por meio de estratégias explícitas. Por isso, partir da análise crítica das práticas de extensão no território e mapear todas as articulações que a Universidade tem com a sociedade, é fundamental. A extensão é também a universidade no território. O território deve ser entendido aqui como um campo de estudo e de intervenção e, ao mesmo tempo, como um espaço de diálogo da universidade com a sociedade. (Gadotti, 2017, p. 12)

O autor complementa que a Extensão Universitária pode tornar-se articuladora das políticas territoriais, mas, para isso, precisa incorporar os “saberes de experiência feitos”. Acrescenta, que “a Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular precisa começar pela descolonização das mentes no interior das próprias universidades” (Gadotti, 2017, p. 12). Logo, a importância de trabalhar os conceitos de Extensão, considerando que muitos docentes ingressam nas Universidades e IFs sem ter clareza do que é Extensão e reproduzem as suas experiências acadêmicas, quando as tiveram.

Ainda, o autor cita Reinaldo Matias Fleuri, dizendo que como em qualquer espaço social, a Extensão Universitária é também um lugar de contradições “onde se pode gestar um novo projeto de universidade articulado com o processo de transformação social” (Fleuri, 1989, p. 44 *apud* Gadotti, 2017, p. 6).

A partir dessa problematização evidenciamos como emerge a necessidade de explorar outros conceitos, como, por exemplo, de território, educação, ensino superior, formação,

saberes, experiências e atividade docente, o que retrata que os conceitos são:

Dialógicos por dentro —através de uma rede articulada de sentidos que interligam— e dialógicos por fora, através de uma grande riqueza de possibilidades de articulações com outros conceitos vizinhos ou distantes, os conceitos são os pontos móveis sobre os quais se apoiam as linguagens científicas. (Barros, 2016, p. 31)

Assim, com esse recorte inicial utilizando a palavra “Extensão” buscamos problematizar sobre a importância de atentar aos conceitos e refletir como estes impactam em nossos estudos, atividades de trabalho e na própria relação com a sociedade. Perceber como eles surgem e como refletem em documentos e políticas institucionais nos faz pensar como também nos constituem como profissionais e como sujeitos. As nossas escolhas conceituais e a forma como desenvolvemos os nossos estudos implicam em responsabilidades com relação aos conhecimentos que produzimos e à transformação social que almejamos.

### **Considerações finais**

Com este texto buscamos provocar uma reflexão sobre como a escolha dos conceitos impactam nas políticas e práticas das Universidades e IFs, sendo norteadores das atividades de trabalho dos professores, refletindo na formação dos estudantes e na possível transformação social. Nesse sentido, fazer estas escolhas e construir as políticas institucionais é um desafio para a gestão educacional.

Isso se torna ainda mais desafiador ao falarmos sobre a Extensão, pois, quando nos referimos a indissociabilidade, ensino e pesquisa se concretizam em nosso imaginário, no entanto, a extensão muitas vezes é algo distante das nossas práticas, da nossa cultura. Isso acontece especialmente quando nos referimos à extensão como processo dialógico, de compartilhamento e construção coletiva de conhecimentos e não apenas como um espaço de socialização do que é produzido no mundo acadêmico. Esse novo fazer institucional, que acontece com as comunidades, no território, tiram a instituição e os atores que dela fazem parte da zona de conforto.

Assim, os conceitos presentes nos documentos normativos sobre extensão são fundamentais para construir instituições de ensino plurais, comprometidas com a justiça e a transformação social. Esses documentos devem ser inspirados em estudos teóricos, se constituindo como experiência de práxis crítica e Paulo Freire é uma grande inspiração para consolidar a extensão como prática de comunicação, de diálogo e de transformação social.

### **Referências**

- Brasil (2018). Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 7 de 18 de dezembro de 2018. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808)
- Barros, J. D. (2016). *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Vozes.
- CONIF (Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica) (2013). *Extensão Tecnológica*. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. CONIF/IFMT.

CONIF (Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica) (2020). *Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. [https://portal.conif.org.br/images/pdf/Diretrizes\\_para\\_Curricularizacao\\_da\\_Extensao\\_FDE\\_e\\_Forproext.pdf](https://portal.conif.org.br/images/pdf/Diretrizes_para_Curricularizacao_da_Extensao_FDE_e_Forproext.pdf)

Forproext (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. UFRGS.

Forproext (2015). XIII Forproext – Contribuições. <https://portal1.iff.edu.br/extensao-e-cultura/arquivo/2016/xiii-forproext-contribuicoes-para-a-politica-de-extensao-da-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica-2015.pdf>

Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* 7ª ed. Paz e Terra.

Gadotti, M. (2017). *Extensão Universitária: para quê?* [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf)

### **Contribuição da autora (CRediT)**

Conceptualização: Krebs, J. R. Administração do Projeto: Krebs, J. R.